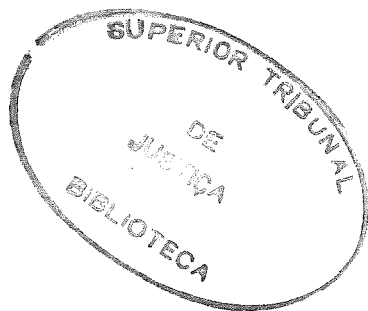


6

7
R Proc Ger Rep
n.2/ex.1
1993



REVISTA DA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA



Nº 2 - JAN/FEV/MAR 1993



DOCTRINA

EXISTÊNCIA, VIGÊNCIA, VALIDADE, EFICÁCIA E EFETIVIDADE DAS NORMAS JURÍDICAS

MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS

Procurador da República no RN — Mestre em Direito
pela PUC/SP — Professor das Faculdades
de Direito da UNIPEC e UFRN

1. Introdução

O objetivo do presente estudo é a análise dos diversos planos de realização da norma jurídica, enquanto regra destinada a ordenar um dado sistema social.

Frisamos que a expressão *norma* será por nós usada, tendo em vista, especificamente, a *lei*. Outros atos jurídicos que *lato sensu* podem ser designados como normas, não estarão, salvo acidentalmente, na mira das nossas preocupações. Isto com o fim de delimitar mais claramente o objeto desta investigação, além de evitar desvios para outras áreas (como, p. ex., considerações sobre a validade dos negócios jurídicos).

O nosso assunto envolve dificuldades decorrentes da multiplicidade de enfoques que os diversos doutrinadores dão a cada um desses âmbitos normativos (*existência, vigência, validade, eficácia e efetividade*), os quais, sobre não terem significado unívoco, são desenvolvidos sob perspectivas as mais diversas, que variam de autor para autor, conforme seu particular ponto de vista ou a escola teórica a que pertença.

Por certo não podemos ter sequer a pretensão de apresentar toda essa gama de posições, ou elaborar uma teoria própria a respeito da matéria. Tentaremos aqui, apenas, dar uma idéia de como algumas das principais correntes

doutrinárias a enfrentaram, procurando sempre trazer o assunto, da mera abstração filosófica, para o Direito Positivo, com o auxílio de exemplos.

Ao final, procuramos estabelecer alguns conceitos, que não têm qualquer veleidade, salvo a de poderem ser *operativos*, isto é, úteis às tarefas práticas do profissional do Direito.

2. A doutrina tradicional

2.1 A questão terminológica

Os autores que tradicionalmente têm estudado as questões respeitantes ao tema deste trabalho (a doutrina civilista em geral), caracterizam-se por uma enorme diversidade no trato com os significados dos termos empregados, o que leva, em muitos casos, a imprecisões e antinomias,¹ ou, quando menos, a uma visão fragmentada do conjunto dessas facetas normativas. Vejamos.

2.2 A vigência como objeto de estudo abrangente

E estudando o problema da *vigência* que a doutrina tradicional avança mais. Aliás, todos os pontos de interesse do nosso trabalho são enfocados como *fases, etapas ou momentos da realidade maior* (e meio indistinta, diga-se) a que denominam *vigência*.

2.3 O estudo impróprio da existência

A análise da *existência* da lei, v.g., que seria o primeiro passo da investigação, não é feita de forma própria ou metódica, mas de permeio às questões atinentes à vigência. São, contudo, discutidos e apreciados conceitos e circunstâncias fundamentais nesse campo, sendo realmente profícuas as abordagens referentes ao processo legislativo, onde a lei é concebida e gerada (v. CF, arts. 59-69), até à *sanção*, a *promulgação* e a *publicação*, quando ocorre o seu nascimento e sua entrada na luz do mundo jurídico.

2.3.1 A Sanção

Sanção, na definição de Serpa Lopes, é “o ato pelo qual o Poder Executivo exerce a faculdade de dar o seu consentimento à deliberação do Poder Legislativo”.²

Segundo a obra já clássica de Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho, a sanção “torna a lei perfeita, na sua existência, como preceito jurídico”,³ com o que concordam os demais autores. Em termos de Direito Positivo, se o Presidente da República, na forma do art. 66 e seus §§ da CF, sanciona o projeto de lei a ele remetido pelo Congresso, a lei passa a existir.

2.3.2 A promulgação

Todavia, esses e outros juristas assemem em que, embora existente, a lei precisa tornar-se executória, a fim de que possa ter as condições para ser obedecida e cumprida, o que ocorre com a *promulgação*, ato jurídico obrigatório, pelo qual o Chefe do Executivo dá à lei a força executória.

Vê-se, portanto, que a promulgação distingue-se da sanção, “pois enquanto esta é um ato voluntário, uma faculdade a ser exercida pelo poder competente,

de modo que pode ser pelo mesmo recusada através do veto, a promulgação é um ato obrigatório, porquanto, uma vez sancionada a lei, já não mais cabe recusar a sua executoriedade”.⁴

2.3.3 A publicação

Demais disso, apesar de já existente e revestida de executoriedade, segundo eles, a lei precisa passar a ser obrigatória, o que somente decorre da publicação, a partir da qual, decorrido ou não certo lapso de tempo (a *vacatio legis*), surge a presunção de que chegou ao conhecimento de quantos estão adstritos a obedecer ao seu comando, bem como daqueles que a devem fazer cumprir.

Cabe aqui o reparo de que autores mais novos já referem a evolução das teorias sobre o conhecimento da lei, não sendo, hoje em dia aceita a idéia da presunção e nem a da ficção legal, que a sucedeu. O princípio atualmente assente é o da necessidade social.⁵

2.4 Crítica

Bem, assim exposta a doutrina tradicional, restam sempre questões não respondidas, ou para as quais os critérios expendidos são insuficientes, e.g.: existe lei, se não produz qualquer efeito? E se a lei já se reveste de executoriedade, por que se diz que não é ainda obrigatória? Etc.

Essas dúvidas permanecem ainda mais obscuras, em face do uso equívoco dos termos, principalmente, a nosso ver, do vocábulo *executoriedade*: ao tentar explicar o mecanismo de todo esse processo do ingresso da lei no âmbito da vigência, geralmente são misturadas, além da antes citada, expressões como obrigatoriedade, autoridade, e a própria vigência (Espínola e Filho);⁶ ou mesmo a eficácia (Serpa Lopes),⁷ numa confusão conceitual que torna quase impossível separar, mentalmente as etapas.

2.4.1 Visão de Wilson Batalha

Mais atualizado, Wilson de Souza Campos Batalha busca ajustar cada um dos atos de edição da lei à entrada desta num dos planos normativos: a) existência, pela sanção; b) validade, pela promulgação; e c) eficácia, pela publicação.⁸

2.4.2 Enfoques atuais

Esse pensar, que nos parece correto, remete aos posicionamentos mais recentes, que encaram a *existência* da lei como seu surgimento enquanto regra jurídica (na prática: quando deixa de ser projeto de lei); a *validade* como adequação ao sistema normativo (em outros termos, constitucionalidade); e a *eficácia* como aptidão para produzir efeitos jurídicos próprios.⁹

Não se tem cuidado, porém, do plano da efetividade, salvo como sinônimo de eficácia. E o próprio conceito da tão referida vigência resta, em muitos autores, indeterminado. Não é oferecida uma definição própria de vigência, embora se estudem os problemas a ela relativos (como os respeitantes à existência, que já vimos), e se fale de seu início, cessação, termo etc.¹⁰ Mas não deixaremos este ponto sem remate. Voltaremos a ele no final do trabalho.

3. A contribuição de Kelsen

3.1 Importância para o tema

O desenvolvimento alcançado por doutrinas mais novas, no concernente aos assuntos por nós ora analisados, foi, em grande parte, influenciado (ainda que para provocar reação contrária) pelo pensamento de Hans Kelsen, maior figura do Positivismo Jurídico, que em sua Teoria Pura do Direito, dedicou interessantes páginas de reflexão sobre os aspectos da validade e eficácia das normas jurídicas e a relação entre esses dois âmbitos.

3.2 O ser e o dever ser

Esse jusfilósofo, como é sabido, distingue o mundo do *ser* e o mundo do *deve ser*.

Resumidamente, diríamos que o mundo do *ser* corresponde ao real, à natureza, enquanto o do *deve ser* ao comportamento humano, ou melhor, à forma como ele *deve ser* conduzido. Assim, algo que é (mundo do *ser*) não pode deixar de sê-lo ao passo que uma conduta que *deve ser* pode não se verificar.

Exemplo: a lei natural que diz: “A matéria atrai a matéria” não dá qualquer margem a que isso não ocorra. Mas a regra jurídica que comanda. “Não se deve roubar”, nem sempre é obedecida.

3.3 A idéia de existência específica da norma como equivalente a vigência e validade

Partindo da divisão já referida, o Mestre de Viena colocou, obviamente, as normas jurídicas no mundo do *deve ser*. Daí que a *existência* específica de uma norma, para ele, só tem sentido de ser apreciada nessa perspectiva (ou seja, do *deve ser*).

Explica, então: “Com a palavra “vigência” designamos a existência específica de uma norma. Quando descrevemos o sentido ou o significado de um ato normativo dizemos que, com o ato em questão, uma qualquer conduta humana é preceituada, ordenada, prescrita, exigida, proibida; ou então consentida, permitida ou facultada... Podemos exprimir a vigência (validade) de uma norma dizendo que certa coisa deve ou não deve ser, deve ou não ser feita. Se designarmos a existência específica da norma como a sua “vigência”, damos por esta forma expressão a maneira particular pela qual a norma — diferentemente do ser dos fatos naturais — nos é dada ou se nos apresenta.”¹¹

Assim, implicitamente, são equiparadas as idéias de *existência* da norma e sua *validade*, que são iguais também, e aí explicitamente, ao conceito de vigência.

3.4 O fundamento da validade

Como a base de todo o arcabouço teórico kelseniano é a noção de *norma hipotética fundamental*, na qual todo o sistema normativo estaria fundado, uma norma existe exatamente quando é válida, isto é quando a conduta nela prescrita (a conduta que *deve ser*) encontra respaldo na norma superior.

Veja-se, a respeito a seguinte passagem: “O fundamento de validade de uma norma apenas pode ser a validade de uma outra norma. Uma norma que representa o fundamento de validade de uma outra norma é figurativamente designada como norma superior, por confronto com uma norma que é, em relação a ela, a norma inferior”.¹²

E, a seguir, o fecho do raciocínio: “Mas, a indagação do fundamento de validade de uma norma não pode, tal como a investigação da causa de um determinado efeito, perder-se no interminável. Tem de terminar numa norma que se pressupõe como a última e a mais elevada. Como norma mais elevada, ela tem de ser *pressuposta*, visto que não pode ser *posta* por uma autoridade, cuja competência teria de se fundar numa norma ainda mais elevada. A sua validade já não pode ser derivada de uma norma mais elevada, o fundamento de sua validade já não pode ser posto em questão. Uma tal norma, pressuposta como a mais elevada, será aqui designada como norma fundamental (*Grund-norm*)... Todas as normas cuja validade pode ser reconduzida a uma e mesma norma fundamental formam um sistema de normas, uma ordem normativa”.¹³

3.5 Diferença entre validade e eficácia

O importante, porém, é que Kelsen estabelece uma nítida diferença entre *validade* (ou *vigência*) e *eficácia*. As primeiras, como vimos, inseridas na ordem do *dever ser*, mas a última, na do *ser*: “Como a vigência da norma pertence à norma do *dever ser*, e não à ordem do *ser*, deve também distinguir-se a vigência da norma da sua eficácia, isto é, do fato real de ela ser efetivamente aplicada e observada, da circunstância de uma conduta humana conforme à norma se verificar na ordem dos fatos. Dizer que uma norma vale (é vigente) traduz algo diferente do que se diz quando se afirma que ela é efetivamente aplicada e respeitada”.¹⁴

Se uma norma prescreve uma conduta que *deve ser*, apoiada em norma superior, ela é *válida*, mas isso não implica que a conduta nela prescrita se verifique no mundo real, dos fatos, do *ser*, enfim. Este diz respeito à *eficácia*, ou seja, ao âmbito em que se afere o cumprimento de verdade, ou o descumprimento da conduta prescrita, porquanto a conduta que é nem sempre corresponde àquela que *deveria ser*.

Surge, assim, a idéia de uma norma *válida*, porém não *eficaz*. Válida porque existente de forma adequada à norma superior, mas ineficaz porque a conduta nela estipulada não ocorre, de fato.

Como exemplo no nosso Direito Civil, temos as normas referentes à anticrese (arts. 805-808 do CC). São vigentes, porque existentes como lei, editada em conformidade com a Constituição (norma superior), a qual não contrariam nem violam. Contudo são ineficazes, porque praticamente não se utiliza esse sistema de garantia. E as normas, assim, não se realizam, na esfera dos fatos.

3.6 A eficácia como condição de validade

Kelsen, todavia, não promoveu a total separação entre as duas realidades (*validade* e *eficácia*). Notou ele que, sem um *mínimo de eficácia* a norma não poderia ser válida. Isto é, a norma teria de ter as condições mínimas para que a conduta nela regulada pudesse ocorrer *ou não* no plano dos fatos, para alcançar validade.

Assim, na visão kelseniana: “Uma norma jurídica é considerada como objetivamente válida apenas quando a conduta humana que ela regula lhe corresponde efetivamente, pelo menos em certa medida. Uma norma que nunca e em parte alguma é aplicada e respeitada, isto é, uma norma que — como costuma dizer-se — não é eficaz em uma certa medida, não será considerada como norma válida (vigente). Um mínimo de eficácia (como sói dizer-se) é a condição de sua vigência. No entanto, deve existir a possibilidade de uma conduta em desarmonia com a norma. Uma norma que de antemão se sabe que necessariamente se tem de verificar, sempre e em toda a parte, por força de uma lei natural, seria tão absurda como uma norma que preceituasse um certo fato que de antemão se sabe que de forma alguma se poderá verificar, igualmente por força de uma lei natural”.¹⁵

Destarte, uma norma que ordenasse: “É proibido respirar” não seria válida porque de impossível cumprimento, assim como outra que comandasse: “É obrigatório respirar” seria igualmente inválida porquanto jamais poderia ser desobedecida.

Então, voltando ao exemplo dado algumas linhas atrás, o regime total, apesar de ineficaz, é válido, de vez que possui um mínimo de eficácia: com efeito, se alguém desejar contrair matrimônio por esse singular sistema, poderá fazê-lo perfeitamente.

3.7 As duas dimensões da eficácia

Essa fundamental distinção abre caminho portanto para duas visões sobre eficácia: a) *eficácia* entendida como a real observância da norma no âmbito dos fatos; e b) *eficácia* compreendida como a *possibilidade* de observância ou não da norma no patamar fático (*mínimo de eficácia*, para Kelsen), que nada mais é senão a possibilidade de produzir efeitos jurídicos, de que fala a doutrina tradicional.

Realmente, não sob o primeiro mas sob esse, segundo ponto de vista, as normas sobre o regime dotal, além de existentes e válidas, são também eficazes, porquanto detêm a possibilidade de serem cumpridas ou descumpridas, isto é, a possibilidade de provocarem efeitos, não importando quão remota seja tal possibilidade.

E, por último, temos que esse dado é de grande interesse, pois revela que a eficácia, ao contrário da validade, pode operar-se *em maior ou menor grau*.

3.8 A eficácia e o respeito à norma

Kelsen não se utilizou do conceito *efetividade* salvo como sinônimo de eficácia.¹⁶ Todavia, já reconhecia que esta podia reduzir-se à mera observância da norma, sem necessidade de sua aplicação, devido ao respeito, inclusive de origem moral ou religiosa.¹⁷

Esse ponto seria mais explorado posteriormente, como se verá, e constitui, por assim dizer, um primeiro vislumbre da senda que levaria ao conceito de efetividade. Kelsen, todavia, não o desenvolveu mais detalhadamente, por certo devido ao seu rigor metodológico quanto à Ciência do Direito, que, para ele, não devia se ocupar de elementos que não os estritamente jurídicos.

Vale anotar, ainda, como crítica final, que Kelsen, tendo equiparado existên-

cia, validade e vigência, deixou também sem respostas questões como a da norma existente mas não válida, ou a da norma vigente sem validade etc.

4. O realismo jurídico: A análise de Alf Ross

4.1 O direito como fato social

Outra grande contribuição ao estudo do tema que abordamos, foi dada pela Escola do Realismo Jurídico Escandinavo, cujos maiores representantes foram Axel Hagerstrom, Karl Olivecrona e Alf Ross. Esses autores procuraram encerrar o direito sob uma perspectiva oposta à kelseniana, ou seja, muito mais como fenômeno real no campo dos fatos sociais, do que como construção normativa abstrata.

Hagerstrom, considerado como o fundador da escola, dizia que o único direito é o positivo, e este, “não tem sua base, nem em uma vontade de poder, nem em uma norma hipotética fundamental da qual derive todo o sistema das normas jurídicas, e sim numa pluralidade de fatores sociais, que são os que engendram as normas coativas do direito”.¹⁸

4.2 O fundamento da força obrigatória da lei

Em assim sendo, os seguidores dessa corrente abandonam as idéias tradicionais sobre a força da lei, que, para eles, não está ínsita na norma, nem depende de outra norma superior, porque é mero reflexo de uma organização de poder sobre a consciência do povo.¹⁹

Nessa linha, Olivecrona afirmava que: “a força obrigatória da lei é, na realidade, apenas uma idéia da mente humana, não havendo nada, no mundo exterior, que corresponda a tal idéia”.²⁰

Apenas, diz ele, o que dá à lei a força que ela aparentemente tem é “o fato de

ser *provável* o acontecimento de consequências desagradáveis em caso de procedimento ilegal”.²¹

Para melhor entendimento: se alguém repara pecuniariamente a outrem o dano que cometeu, cumprindo o preceito do art. 159 do CC não o faz porque a lei seja válida ou vigente, mas unicamente por temor de que, em assim não procedendo, lhe sejam aplicadas certas sanções. Esse pensamento revela, claramente a tendência a tentar prever (a questão da probabilidade) o que acontecerá com determinada conduta, em face de uma norma.

4.3 Vigência, validade e eficácia em Ross

Desenvolvendo mais amplamente a tese, Alf Ross deu maior atenção aos problemas da *vigência, validade e eficácia* da lei, que, para ele, é dirigida não ao comportamento dos cidadãos, mas para a atuação dos juízes e tribunais.

Parte esse autor da hipótese, segundo a qual “um sistema de normas é “vigente” se pode servir como um esquema de interpretação para um conjunto correspondente de ações sociais, de maneira tal que se nos faz possível compreender esse conjunto de ações como um todo coerente de significado e motivação e, dentro de certos limites, predizê-las”.²²

E oferece a explicação de como precisar essa *vigência*: “Sem dúvida, só os fenômenos jurídicos em sentido restrito — a aplicação do direito pelos tribunais — são decisivos para determinar a vigência das normas jurídicas. Contrariamente às idéias geralmente aceitas, é necessário insistir em que o direito subministra normas para o comportamento dos tribunais, não dos particulares. Portanto, para achar os fatos que condicionam a vigência das normas devemos atender exclusivamente à aplicação judicial do direito”.²³

4.3.1 Equiparação entre vigência e eficácia

Assim, uma norma é vigente quando se pode predizer, com razoável probabilidade de acerto que, num caso futuro, o julgador a aplicará.

Retomando o exemplo da reparação do dano, sob esse prisma pode-se dizer que o art. 159 do CC brasileiro é vigente, porque provavelmente, se alguém causar dano a outrem, e não o reparar voluntariamente, o órgão judicial o obrigará a uma reparação, portanto, aplicará a norma ínsita naquele artigo codificado.

Note-se que a Ross não interessa primordialmente o efeito da norma sobre a conduta do cidadão, e sim sobre a do juiz: não importa tanto se o primeiro se comportará, ou não se comportará, conforme prescrito; importa, isso sim, se o segundo aplicará ou não a prescrição.

Tal pensamento implica em privilegiar a visão do direito no puro plano da atuação fática.

4.3.2 A validade como uma ilusão

Todavia, a análise de Ross avança para um ponto além. Depois de concluir que “direito vigente” significa o conjunto abstrato de idéias normativas que... são efetivamente obedecidas, e que o são porque vivenciadas (*experienced and felt*) como socialmente obrigatórias”²⁴ ele passa a criticar a visão da maioria da doutrina sobre a questão da validade; porque “de acordo com este ponto de vista o direito não é simplesmente um fenômeno empírico. Quando dizemos que uma regra de direito “rege” ou “vale”, referimo-nos não só a algo fático, a algo que pode ser observado, senão também a uma “validade” de caráter metafísico. Sustenta-se que esta validade é um puro conceito da razão, de origem divina, ou que existe *a priori* (independentemente da experiência) na

natureza racional do homem. E mesmo eminentes filósofos do direito que negam tal metafísica espiritual, têm considerado, apesar disso, que a “validade” do direito só pode ser explicada por meio de postulados específicos”.²⁵

Mas ele não aceita esse enfoque, que considera sem fundamento porque baseado numa ilusão.

A fim de resumir o pensamento de Ross a respeito,²⁶ utilizamo-nos da súmula que dele fez o jusfilósofo Luis Recaséns Siches: “Uma regulação jurídica da conduta tem validade, independentemente do que os homens opinem sobre seus imperativos. A regulação jurídica vincula a conduta de relação. Tal conduta humana pode resultar *pressionada* por um simples fato de força. Mas sucede que no campo do Direito essa situação de pura prepotência fática de uma conduta sobre outra, é precisamente o que se trata de evitar. Hoje o cientista deve descrever de um modo neutro o fato de que os homens se comportem como se efetivamente existissem normas consideradas como obrigatórias por si mesmas... Claro que o que real e efetivamente sucede é que por detrás dessas chamadas normas existe a ameaça da força. O direito, que foi fabricado para descartar a força nas relações interpessoais, sem dúvida, encarna a ameaça da força para fazer cumprir as regras caso necessário. Não obstante, sói acontecer que as pessoas sentem-se vinculadas às pautas de comportamento expressas pela lei, sem levar em conta o aparato coercitivo que se acha por detrás desta. De modo que o homem vai-se habituando a ajustar-se a determinadas pautas sem levar diretamente em conta a motivação de escapar ao castigo. Esta adequação ou este hábito, é o fator que cria a *ilusão da validade*. Mas se trata tão-somente de uma ilusão, porque a validade não é nenhum ente metafísico que tenha realidade por si mesmo... A validade é uma *palavra*...

carente de conteúdo. A validade se reduz a mera expressão racionalizada de certas experiências ou de determinadas tendências subjetivas".²⁷

Vê-se, portanto, que, no entender de Ross, a validade é uma ilusão, conquanto tenha por função contribuir para fomentar a paz e a segurança das relações sociais ao estimular o comportamento socialmente adequado.

Verifica-se, outrossim, na análise da obra de Ross, que, para efeitos práticos, a validade é a mesma vigência, vista como aplicação fática da norma (= eficácia). O que ele não aceita é qualquer idéia de validade como qualidade abstrata da norma mesma.

4.4 Importância para o tema

A importância da colocação rossiana, apesar de radical, em seu estreito apego à dimensão puramente fática, e criticável por equiparar *vigência a eficácia*, e por encarar a *validade* como uma miragem, admitindo implicitamente, no máximo, sua identificação como o respeito à norma (o que remete à previsibilidade da aplicação desta, ou seja, à *vigência = eficácia*, fechando o ciclo), reside na investigação sociopsicológica acerca, justamente, da obrigatoriedade do direito.

A abordagem do respeito à norma, muito mais trabalhada do que na obra de Kelsen, seja pelo medo de sua aplicação, seja pela tal *ilusão de validade*, reporta-se, como já se alertou, à previsibilidade, ou expectativa de certas conseqüências jurídicas. Por aí se começou a enveredar na trilha que acabaria por desaguar nas atuais reflexões sobre eficácia e *efetividade*, conforme veremos.

É forçoso, porém, reconhecer que, por outro lado, a obra de Ross não avançou na resposta àquelas questões que surgem quando há desconformidade entre *validade e eficácia*, *vigência e validade* etc. Não analisou, ademais, o

aspecto *existência*, e nem deixou claro se uma dada norma deixa de existir se não for aplicada.

5. Os estudos lingüísticos do direito: Tércio S. Ferraz

5.1 Importância para o tema

Uma recente e importante corrente de jusfilósofos tem realizado interessantíssimos estudos jurídicos sob o enfoque da lingüística, em busca de uma teoria do Direito enquanto linguagem.

Esses estudos, conduzidos por nomes como Juan-Ramón Capella,²⁸ Genaro Carrió,²⁹ Luiz Alberto Warat³⁰ e outros, têm enorme influência no objeto deste trabalho, tanto pelo cuidado na apreciação e distinção dos vocábulos que constituem conceitos (especialmente relevantes numa área em que eles se apresentam tão confusos), como pela sua abordagem renovada dos problemas, que de fato acrescenta ao tema em apreço elementos novos e aclara outros, antes obscuros e imprecisos.

No Brasil, o grande expoente desse grupo é o Prof. Tércio Sampaio Ferraz Júnior, o qual, especialmente em seu livro *Teoria da Norma Jurídica*, oferece subsídios de monta para nossa análise.

Tentaremos, aqui, resumir, em apertada síntese, as facetas principais de sua teoria, naquilo que se refere mais de perto às realidades ora estudadas.

5.2 Alguns conceitos necessários

Inicialmente, entretanto, cabe fixar, ainda que superficialmente, em que consiste o enfoque lingüístico do fenômeno jurídico, bem como o significado de alguns termos utilizados pelo Prof. Ferraz.

A proposta fundamental é estudar o direito do seu ângulo normativo, embora sem afirmar que se reduza à norma, encarando esta sob o ponto de vista

lingüístico,³¹ como instrumento de comunicação da mensagem jurídica, embora não se pretenda o direito como mero fenômeno da linguagem.

Ou, nas palavras do próprio Tércio Ferraz: "Aceitamos limitadamente que o fenômeno jurídico tem, basicamente, um sentido comunicacional, que nos coloca sempre no nível da análise lingüística... Dizemos, entretanto, *limitadamente*, porque recusamos a redução total do direito à linguagem, mesmo tomando-se esta num sentido amplo de comunicação. Nestes termos, preferimos dizer que o direito não é só um fenômeno lingüístico, nem mesmo um fenômeno *basicamente* lingüístico. Se a nível normativo — o direito como sistema de proposições normativas — o aspecto lingüístico pode ser encarado como fundamental, não se pode esquecer que ele corresponde também a uma série de fatos, empíricos, que se não são linguagem, como relações de força, conflitos de interesse, instituições administrativas etc.. os quais, portanto, se não deixam de ter uma dimensão lingüística, nem por isso são basicamente fenômenos lingüísticos... Ou seja, não nos colocamos, eventualmente, na perspectiva da disciplina da linguagem pelo direito, mas tomamos essa disciplinação como objeto de análise... porque não pretendemos realizar um estudo lingüístico, mas a *nível lingüístico*... Não pretendemos estudar a linguagem do direito ou da sua manifestação normativa, mas investigar o próprio direito, enquanto necessita, para a sua existência, da linguagem".³²

5.2.1 A semiótica e suas divisões

O fenômeno normativo estará, portanto, sob a mira da *semiótica*, que é a teoria geral dos signos, sinais e linguagens.³³

A norma, como veículo da linguagem, ou, mais amplamente, da comuni-

cação jurídica, é encarada como signo lingüístico, instrumento do discurso normativo.

A *semiótica*, por sua vez, segundo divisão de Morris, Carnap e outros,³⁴ é composta de três áreas:

a) A *sintaxe*, parte da semiótica que abrange os problemas preliminares da transmissão de informação, como código, canais, capacidade, etc.;³⁵ ou seja, estuda as relações dos signos entre si.³⁶ Nesta perspectiva jurídico-lingüística, por conseguinte, visará as relações das normas entre si.

b) A *semântica*, porção da semiótica que se interessa pela significação dos símbolos da mensagem,³⁷ estudando, então as relações entre os signos e os objetos extralingüísticos.³⁸ Na visão jurídico-lingüística, portanto, apreciará as relações entre a norma e a realidade. e

c) A *pragmática*, área da semiótica que cuida dos efeitos comportamentais da comunicação,³⁹ isto é, das relações entre os signos e os seus intérpretes ou usuários,⁴⁰ ou ainda, do discurso e seus agentes. Assim, no campo jurídico, visará ao discurso normativo e seus usuários: o editor da norma (órgão competente) e o destinatário dela.

5.2.2 A pragmática

O aspecto mais privilegiado por Tércio Ferraz é este último, a pragmática, ocupando-se ele, basicamente, das facetas comportamentais da relação discursiva normativa,⁴¹ tendo como centro de análise o chamado *princípio da interação*, segundo o qual cada comportamento de um dos agentes do discurso influencia o comportamento seguinte do outro agente, e assim sucessivamente, ao mesmo tempo em que ambos são influenciados pelo contexto em que as situações ocorrem e, por seu turno, também influem no tal contexto.⁴²

Assim, a pragmática estuda a comunicação (no caso, a comunicação nor-

mativa), levando em conta sempre que os agentes, o discurso e o meio agem uns sobre os outros (interagem).

Daí que toda mensagem, terá, inelutavelmente, além dos aspectos puramente verbais, outros componentes, comportamentais e contextuais, imprescindíveis para a compreensão global da interação comunicativa. Pois, como expõem Watzlawick, Beavin e Jackson, “os dados da pragmática são, não só, as palavras, suas configurações e significados, que constituem os dados da sintaxe e da semântica, mas também os seus concomitantes não-verbais e a linguagem do corpo. Ainda mais, nós acrescentaríamos às ações comportamentais pessoais as pistas de comunicação inerentes ao contexto em que ela ocorre”.⁴³

5.2.3 O relato e o cometimento

São identificáveis, então, duas esferas da comunicação: uma, normalmente verbal, respeitante à transmissão da informação, e outra, geralmente não verbal, atinente a como a mensagem transmitida deve ser considerada. Watzlawick, Beavin e Jackson chamam esses dois níveis da comunicação, respectivamente, de aspecto *relato* e aspecto *ordem*.⁴⁴

A apreciação acima, por certo, também é válida para uma análise pragmática da comunicação normativa. Por via de consequência, encontrar-se-á igualmente na norma, ao lado da sua expressão verbal, uma mensagem não-verbal, porquanto “o ato de falar, dado o seu caráter interacional, sempre implica uma ordem, isto é, quem fala (ou decide), não só transmite uma informação (apela ao entendimento de alguém), mas, ao mesmo tempo, impõe um comportamento. Por exemplo, quem diz: “você é um tolo”, diz também: “este é o modo como eu quero que você perceba que eu o vejo”.⁴⁵

É o que Tércio Ferraz denomina aspecto *relato* e aspecto *cometimento* (este correspondente ao aspecto *ordem*, na terminologia de Watzlawick, Beavin e Jackson) da norma.

O primeiro, o *relato*, diz respeito à informação que a norma transmite verbalmente, ao conteúdo mesmo da norma.

Exemplo: Art. 183, I, do CC: “Não podem casar os ascendentes com os descendentes”.

O segundo, o *cometimento* (ou *ordem*), é uma espécie de informação não-verbal sobre como o relato da norma deve ser entendido. É uma informação sobre a informação.

Exemplo, ainda com o art. 183, I, do CC: “Isto é uma ordem, uma proibição”.

Postas estas considerações sobre alguns dos conceitos teóricos necessários ao entendimento da análise que desejamos expor, passemos para o enfrentamento específico das questões que nos interessam.

5.3 As três dimensões da validade

Para o Prof. Ferraz, a *validade*, do ângulo da semiótica, pode ser encarada como *validade sintática*, *validade semântica* e *validade pragmática*.⁴⁶

A *validade sintática* expressa uma relação das normas *entre si*. É a abordagem kelsiana, de que norma válida é aquela respaldada em outra norma (superior).

Já a *validade semântica* exprime uma relação entre a norma e os fatos sociais (objetos extralingüísticos). É a abordagem de Ross (embora este prefira empregar o vocábulo *vigência*, porque acha o termo *validade* impregnado de uma carga metafísica, que abomina), para quem a norma vale se é aplicada na realidade fática.

E a *validade pragmática*, que revela a relação entre a norma e seus usuários: o editor da norma e o destinatário dela.

Esta última abordagem é a preferida por ele, de vez que não reduz a questão da validade nem ao mero aspecto formal (como chega a fazer Kelsen), nem a uma identificação estrita com a aplicação na esfera dos fatos (Ross). Ademais, possibilita uma visão global do discurso normativo e seus agentes.

5.3.1 Validade, controle e imunização

Analisando o discurso normativo, pode-se verificar que a questão da validade está intimamente ligada ao controle que o editor da norma exerce sobre as reações do destinatário dela, segundo o processo de interação, especificamente quando se trata de terminar os conflitos que eventualmente surjam, pondo-lhes um fim.⁴⁷

A validade, então, é caracterizada como uma propriedade do discurso normativo, que exprime uma conexão de *imunização*, entendida esta como o processo que possibilita ao editor normativo controlar as reações do destinatário.⁴⁸

A imunização pode ser conseguida de diversos modos. Exemplificadamente, num texto científico, dirigido a uma platéia de entendidos, imunizam-se certas afirmações contra as reações (críticas) dos endereçados, através do recurso a presunções, postulados, axiomas, etc.⁴⁹ Num discurso de caráter religioso, digamos, uma pregação, para obter o mesmo efeito, isto é, para imunizar determinadas asserções, pode-se utilizar o dogma, o princípio de fé, etc. As assertivas imunizadas passam a ser consideradas válidas, dentro do contexto do discurso, porquanto não podem ser discutidas (não se pode reagir contra elas, dentro dos parâmetros estabelecidos).

Mas no discurso normativo jurídico, a imunização é sempre conseguida pela utilização de *outra* norma (*norma imunizante*), que atribui ao editor da

norma imunizada uma posição de *autoridade*,⁵⁰ conferindo-lhe um lugar superior ao destinatário, que assim fica impedido de reagir.

Ressalte-se que a norma imunizante não tem de ser necessariamente superior à imunizada. Pode ser de igual nível hierárquico, ou até mesmo inferior.

Note-se, ainda, que essa imunização não modifica o conteúdo da norma, mas o modo como ela deve ser entendida. Se alguém diz: “É proibido matar” (relato), o cometimento, certamente, é algo como: “Isto é um conselho, uma diretriz moral”, contra o qual é perfeitamente possível reagir, não aceitando a sugestão dada, sem que nada ocorra, porquanto o editor da mensagem não tem controle sobre o destinatário. Mas no caso da norma, um mesmo relato (“É proibido matar”), está associado a um cometimento que implica em *ordem*, *comando* (algo como: “Isto é uma proibição, que realmente deve ser obedecida”), contra o qual não se pode reagir, desde que haja uma outra norma imunizando a primeira (qualquer coisa como: “O editor normativo X está autorizado a proibir certos comportamentos”).

Então, não é o relato, mas o *cometimento* da norma que é imunizado contra reações, através do *relato* da outra norma.

Assim, a norma é *válida* se o seu *cometimento* estiver imunizado contra reações do endereçado, por meio do *relato* de outra norma.

Por exemplo: quando o editor normativo diz, no *relato* da norma: “Não podem casar os ascendentes com os descendentes”, os endereçados não podem reagir, porque o *cometimento* dessa norma (“isto é uma ordem, obedçam!”), está *imunizado* contra qualquer crítica (no sentido de reação), pelo *relato* de uma outra norma (no caso, aquela do art. 22, I, da CF, onde está dito que “Compete privativamente à União legislar sobre o Direito Civil”).

Vê-se, então, que a validade é enfocada, *pragmaticamente*, como a relação entre o *cometimento* de uma norma e o *relato* de outra que a *imuniza*.

5.4 A efetividade e sua distinção da eficácia

Outro elemento de grande interesse para nós, na obra de Tércio Ferraz, é a análise da *efetividade* da norma, a partir do que pode-se fazer a diferenciação, tão esquecida pela maior parte dos autores, entre *eficácia* e *efetividade*.

Aliás, só encontramos um outro autor que propõe separação entre esses dois conceitos, que mesmo jusfilósofos de nomeada, como Miguel Reale,⁵¹ equiparam: e Juan Ramón Capella (que, por sinal, também estuda o direito sob o ponto de vista lingüístico). Para ele, o que normalmente se chama de *eficácia* (produção de efeitos jurídicos no plano dos fatos) deveria denominar-se *efetividade*, ficando o termo *eficácia* reservado para referência aos *fins do legislador*. É uma diferenciação teleológica, pois. E o autor citado a esclarece assim: “A distinção entre “efetividade” e “eficácia” pode fazer-se mais clara mediante o seguinte exemplo: César, ao conceder a cidadania romana aos médicos e mestres de artes liberais, intentava promover seu estabelecimento em Roma, criando, assim, na capital, atraindo os melhores do Império, uma categoria permanente de intelectuais. A efetividade da norma se distingue claramente de sua eficácia: aquela consiste na real consideração jurídica, pelos magistrados, dos médicos e mestres das artes liberais como cidadãos romanos, enquanto a eficácia da medida, no caso se deve computar-se a teor de estabelecimento em Roma desses intelectuais e a criação de uma organização cultural específica”.⁵²

Assim, a norma que regula, no nosso Direito Civil, o instituto do usucapião,

seria *efetiva*, porque, de fato, possibilita a aquisição da propriedade pela posse prolongada, e seria *eficaz* na medida em que atendesse à finalidade do legislador, qual seja, desestimular a propriedade improdutiva ao promover uma utilização mais racional e justa da terra.

Essa abordagem de Capella, todavia, não nos satisfaz, de vez que o sentido buscado é na verdade um julgamento político da medida tomada pelo editor da norma, o que se torna bastante complexo, por envolver, em grau muito alto, valores subjetivos e a ideologia de quem aprecia a decisão normativa levada a efeito. E, na prática, não teria maiores conseqüências.

Mas a efetividade, para o Prof. Ferraz, tem acepção bem diferente.

Na medida em que se imagina a norma como veículo de um discurso, é necessário considerar, como já visto, não só as palavras, mas quem as envia e quem as recebe, suas respectivas reações e as circunstâncias em que tudo isso ocorre, sempre sob constante interação. A partir daí, é possível entender que nem sempre (devido, justamente, às circunstâncias que influenciam o discurso) haja perfeito ajustamento entre o que o editor do discurso diz (*relato*) e o modo como pretende que sua mensagem seja entendida (*cometimento*).

Nesse sentido, a *efetividade* é a relação de adequação entre o *relato* e o *cometimento* de uma mesma norma, isto é, o nível até o qual a conduta prescrita no *relato* se ajusta ao comando implícito no *cometimento*.⁵³

E o Prof. Tércio explica: “Que o aspecto-relato e o aspecto-cometimento de um discurso normativo são adequados significa... que a mensagem transmitida (*relato*) é o ponto de um eventual questionamento por parte do endereçado, mantendo-se equilibrada a relação entre editor e sujeito normativos”.⁵⁴

Daí se infere, então, que apesar do controle que o editor normativo tem

sobre o endereçado, este pode, segundo as circunstâncias em que se desenvolve o discurso, questionar o cometimento da norma, a fim de trazer equilíbrio à situação, e sem que isso implique numa reação destruidora da validade da norma.

Uma exemplificação que estampa com clareza o problema, dispensando maiores comentários teóricos a respeito, é a hipótese do motorista diante do sinal de trânsito: se ele vê o semáforo com a luz vermelha acesa (relato: “Não passe!” — *cometimento*: “Isto é uma ordem, obedeça!”), pode ter atitudes diversas. À luz do dia, com trânsito intenso, muito provavelmente se comportará conforme prescrito no *relato*, aceitando realmente o *cometimento* como uma ordem; mas à noite, ou de madrugada, possivelmente não se conduzirá conforme o *relato*, pois a imposição que era expressa pelo *cometimento* não mais se ajusta àquela situação, não sendo razoável parar, se não há perigo de trânsito, ainda mais se tal proceder expõe o condutor do veículo a outros perigos. O *cometimento*, aí, pode ser interpretado como mero aconselhamento a diminuir a velocidade e cruzar com cuidado. Não há, também, a expectativa de sanção, embora a norma de trânsito permaneça em vigor durante às 24 horas do dia.

Disso decorre que a norma pode ser válida e, em determinadas circunstâncias, não efetiva. Ou mesmo válida e eficaz, e ainda assim, não efetiva, em algumas oportunidades.

É que a pragmática reconhece, sem qualquer incoerência, que a obediência do destinatário a uma dada norma pode dar-se por motivos extrajurídicos. Pode-se mesmo obedecer a uma norma ineficaz, ou inválida, ou até inexistente, sem vigência, haja vista não se estabelecer aqui (ao contrário do que ocorre nas outras teorias, nas quais essas questões são praticamente insolúveis), qualquer ligação necessária, entre esses âmbitos normativos.

Assumindo, desse modo, a relatividade de todos os conceitos, resolvem-se aquelas dúvidas e dilemas que sempre atormentaram as demais posições doutrinárias.

5.5 Outras considerações

Enfim, não há problema se as normas, mesmo *existentes* sejam *inválidas* (lembremo-nos de quantas leis institucionais, ou decretos ilegais, existem); ou que sejam *válidas* mas não *eficazes* (o que nos remete às leis em desuso, ou àquelas que, na expressão popular, “nunca saíram do papel”); ou que sejam *válidas* e *eficazes*, mas não *efetivas*, em certas circunstâncias (como a norma de trânsito, no exemplo do semáforo luminoso) etc.

O sistema de normas, nessa visão, é algo complexo e multiforme, não obedecendo a uma lógica rígida ou a escala hierárquica perfeita, mas as relações que o Prof. Tércio Sampaio Ferraz chama de *calibração*, pelas quais as normas se adaptam a mudanças, e sobre as quais repousa a *imperatividade* de todo o arcabouço normativo.⁵⁵

6. Conclusões

6.1 A existência

A *existência* da lei é o fato de ela aparecer como tal, num dado ordenamento. No nosso, começa com a *sanção* do projeto de lei.

6.2 A validade

A *validade* da lei é aspecto mais complexo, que permite abordagens variadas. Num sentido prático, corresponde à idéia de constitucionalidade. Tem início, em nosso sistema, com a *promulgação*.

6.3 A vigência

A *vigência* da lei, embora possa ser encarada como uma das dimensões da validade, ou como a realidade maior que

englobaria os demais planos normativos, parece ter sua delimitação mais precisa como qualidade da norma que rege, aqui e agora, *hic et nunc*, as relações sociais, na acepção de José Afonso da Silva: é a condição da norma positiva, presente; o Direito vigente é o oposto do Direito histórico.⁵⁶ A *vigência* para o Direito brasileiro, começa a partir da *publicação* (ou do termo da *vacatio legis*, sendo o caso).

6.4 A eficácia

A *eficácia* da lei pode ser vista como a medida de sua real aplicação no campo dos fatos. Admite, portanto uma gradação; daí também José Afonso da Silva falar em norma *plenamente eficaz*, se os efeitos dela decorrem imediatamente; *contidamente eficaz*, se sujeita a restrições nela mesma previstas; e *limitadamente eficaz*, se depende de normação ulterior, para poder produzir efeitos.⁵⁷ De todo modo, a noção de *eficácia* está sempre ligada a uma *possibilidade*, qual seja a de produzir efeitos jurídicos.

6.5 A efetividade

A *efetividade* da lei é revelada pela adequação de seu comando a uma circunstância que define a *expectativa* ou *probabilidade* de sua aplicação real.

6.6 A relatividade dos conceitos

Não se pode, sob pena do aparecimento de antinomias insolúveis, pretender noções dogmáticas absolutas ou inflexíveis sobre qualquer dessas esferas normativas que, embora não estando necessariamente ligadas nem necessariamente separadas, interagem, umas das outras, podendo ocorrer situações aparentemente excêntricas, mas que na verdade só revelam a dinâmica peculiar dos fenômenos jurídicos.

7. Bibliografia

- AQUINO, Wilson, Verb. "Validade da Norma", in *Enciclopédia Saraiva do Direito*, v. 76, Saraiva, São Paulo, 1979.
- BATALHA, Wilson de Souza Campos, *Lei de Introdução ao Código Civil*, V. I, Max Limonad, São Paulo, 1957.
- BEVILÁQUA, Clóvis. *Teoria Geral do Direito Civil*. 3ª ed., revista por Caio Mário da Silva Pereira, ed. Rio, Rio de Janeiro, 1984.
- BODENHEIMER, Edgar. *Ciência do Direito — Filosofia e Metodologia Jurídicas*, trad. em português de Enéas Marzano, 1ª ed., Forense, Rio de Janeiro, 1968.
- CAPELLA, Juan — Ramón, *El Derecho como Lenguaje — Un Análisis Lógico*. Ed. Ariel, Barcelona, 1968.
- CARRÍO, Genaro R. *Notas sobre Derecho y Lenguaje*. 1ª ed., Abeledo Perrot, Buenos Aires, 1973.
- CHAVES, Antônio. *Lições de Direito Civil*. V. I, José Bushatsky e Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.
- DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro*. 1ª v., 4ª ed., Saraiva, São Paulo, 1986.
- ESPÍNOLA, Eduardo e ESPÍNOLA Filho, Eduardo. *Lei de Introdução ao Código Civil Comentada*. V. I, Freitas Bastos, Rio de Janeiro.
- FERRAZ Júnior, Tércio Sampaio. *Teoria da Norma Jurídica*. Forense, Rio de Janeiro, 1978.
- FERREIRA, Luiz Pinto. Verb. "Eficácia (Direito Constitucional)". In *Enciclopédia Saraiva do Direito*, v. 30. Saraiva. São Paulo, 1979.
- KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*. Trad. portuguesa de João Batista Machado, 6ª ed., Armento Amado, Coimbra, 1984.
- . *Introducción a la Teoría Pura del Derecho*. Trad. castelhana de Emílio O. Rabasa, Ed. Nacional, Cidade do México, 1974.
- LOPES, Miguel Maria de Serpa. *Comentário Teórico e Prático da Lei de Introdução ao Código Civil*. V. I. Livraria Jacinto Editora, Rio de Janeiro, 1944.

MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de Direito Civil*. V. I. 25ª ed., Saraiva, São Paulo, 1985.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil*. V. I, 9ª ed., Forense, Rio de Janeiro, 1985.

ROSS, Alf. *Sobre el Derecho y La Justicia*. Eudeba, Buenos Aires, 1963.

SICHES, Luís Recaséns. *Panorama del Pensamiento Jurídico en el Siglo XX*, I., 1ª ed., Porrúa, Cidade do México, 1963.

SILVA, José Afonso da. *Aplicabilidade das Normas Constitucionais*. 2ª ed., Ed. RT, São Paulo, 1982.

TENORIO, Oscar. *Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro*. 2ª ed., 1955.

VASCONCELOS, Arnaldo. Verb. "Validade Jurídica", in *Enciclopédia Saraiva do Direito*, v. 76, Saraiva, São Paulo, 1979.

VERDROSS, Alfred. *La Filosofía del Derecho del Mundo Occidental — Visión Panorámica de sus Fundamentos y Principales Problemas*, trad. em espanhol de Mario de la Cueva, ed. do Centro de Estudios Filosóficos da Universidad Nacional Autónoma de México, Cidade do México, 1962.

WARAT, Luiz Alberto e Martino, Antônio Anselmo. *Lenguaje y Definición Jurídica*. Cooperada de Derecho y Ciencias Sociales, Buenos Aires, 1973.

WATZLAWICK, Paul; BEAVIN, Janet Helmick e JACKSON, Don D. *Pragmática da Comunicação Humana*. Trad. de Álvaro Cabral, Cultrix, São Paulo.

NOTAS

1. Esse dado é tanto mais impressionante quando se verifica que a incongruência terminológica é encontrável não só em autores vetustos, como Clóvis Beviláqua que na sua Teoria Geral do Direito Civil, à pg. 23, confunde eficácia e obrigatoriedade, ou Serpa Lopes, Oscar Tenório e Os Espínolas, pai e filhos, conforme se verificará neste capítulo, mas também em outros, mais modernos, tais Washington de Barros Monteiro, que à pg. 24 do Vol. I do seu Curso de Direito Civil

equipara obrigatoriedade à vigência: Antônio Chaves, o qual mistura, na pg. 90 do Vol. I das suas Lições de Direito Civil, vigência com eficácia; Caio Mário da Silva Pereira, usando meio indiscriminadamente os termos eficácia, vigência e obrigatoriedade, às pgs. 80 e segs. das suas Instituições de Direito Civil, Vol. I, só para citar alguns exemplos eloquentes na doutrina nacional, uma vez que embrenhar-se na estrangeira seria já uma temeridade, porquanto além do uso próprio dos termos, feito por cada autor em particular, haveria que atentar para o significado deles na língua que foi empregada, e as barreiras adicionais da tradução. De todo modo, do que pudemos sentir, também a doutrina alienígena se ressentia de uniformidade, nesse passo.

2. LOPES, M.M. de S., *Comentario Teórico e Prático da lei de Introdução ao Código Civil*, p. 40

3. ESPÍNOLA, E. et ESPÍNOLA Filho, E., *Lei de Introdução ao Código Civil Comentada*, p. 42.

4. LOPES, M.M. de S., ob. cit., p. 41.

5. Ver, a respeito, os civilistas brasileiros mais recentes, como Maria Helena Diniz (*Curso*, v. I), e quase todos os referidos na nota de rodapé 1.

6. Cf. ESPÍNOLA, E. et ESPÍNOLA Filho, E., ob. cit., p. 40 e ss.

7. Cf. LOPES, M.M. de S., ob. cit., p. 40 e ss.

8. E o que se infere de suas palavras às p. 25 e 26 da sua *Lei de Introdução ao Código Civil*, v. I.

9. Assim, Pinto Ferreira, Wilson Aquino e Arnaldo Vasconcelos, em verbetes sobre o assunto, na *Enciclopédia Saraiva do Direito*, vs. 30 e 76.

10. Assim, em praticamente todos os autores até agora mencionados.

11. Kelsen, H., *Teoria Pura do Direito*, p. 28 e 29.

12. Idem, p. 267.

13. Idem, p. 269.

14. Kelsen, H., ob. cit., pp. 29 e 30.

15. Idem, p. 30.

16. Como se vê, p. ex. numa passagem da *Introducción a la Teoría Pura del Derecho*, p. 51.

17. Kelsen, H., ob. cit., pp. 30 e 31.

18. Conforme Verdross, A., *A Filosofia do Direito do Mundo Ocidental*, p. 294.

19. Verdross, A., ob. cit., p. 295.

20. *Apud* Bodenheimer, E., *Ciência do Direito*, p. 145.

21. *Idem*, *ibidem*.

22. Ross, Alf. *Sobre el Derecho y la Justicia*, p. 34.

23. *Idem*, p. 35.

24. Ross, A., *ob. cit.*, p. 18.

25. *Idem*, *ibidem*.

26. Expendido detalhadamente às pp. 51 e 57 da *ob. cit.* de Ross.

27. Siches, L. R. *Panorama del Pensamiento Jurídico en el Siglo XX*, 1º t., p. 313. Note-se que Recaséns Siches não concorda com o pensamento de Alf Ross; apenas o resumiu, e de modo tão feliz que julgamos conveniente transcrevê-lo para evitar delongas.

28. Capella, J.R., *El Derecho como Lenguaje*.

29. Carrio, G., *Notas sobre Derecho y Lenguaje*.

30. Warat, L. A. et Martino, A.A., *Lenguaje y Definición Jurídica*.

31. Cf. Ferraz, T.S., *Teoria da Norma Jurídica*, p. 5.

32. Ferraz, T.S., *ob. cit.*, pp. 6 e 7.

33. Cf. Watzlawick, P. Beavin, J. H. et Jackson. D.D., *Pragmática da Comunicação Humana*, pp. 18 e 19.

34. Adotada por Watzlawick *et alii*, *ob. cit.*, pp. 18 e 19 e Ferraz, T.S., *ob. cit.*, pp. 2 e 3, com ligeiras modificações.

35. Cf. Watzlawick, P., e outros *ob. cit.*, p. 19.

36. Cf. Ferraz, T.S., *ob. cit.*, p. 3.

37. Cf. Watzlawick, P., e outros, *ob. cit.*, p. 19.

38. Cf. Ferraz, T.S., *ob. cit.*, p. 3.

39. Watzlawick, P. e outros, *ob. cit.*, p. 19.

40. Ferraz, T.S., *ob. cit.*, p. 3.

41. *Idem*, p. 4.

42. Cf. Watzlawick, P., e outros, *ob. cit.*, p. 32.

43. *Idem*, p. 19.

44. *Idem*, pp. 47 e 48.

45. Ferraz, T.S., *ob. cit.*, p. 48.

46. Ferraz, T.S., *ob. cit.*, p. 97.

47. *Idem*, p. 105.

48. *Idem*, p. 106.

49. *Idem*, p. 107.

50. *Idem*, pp. 107 e 108.

51. Por exemplo, nas suas Lições Preliminares de Direito, ao discorrer sobre eficácia.

52. Capella, J.R., *ob. cit.*, p. 105.

53. Cf. Ferraz, T.S., *ob. cit.*, pp. 113 e ss.

54. Ferraz, T.S., *ob. cit.*, p. 114.

55. Sobre a questão da imperatividade, que já refoge aos limites do presente trabalho, ver a p. 127 e outras, da *ob. cit.*, do Prof. Ferraz.

56. Silva, J.A., da *Aplicabilidade das Normas Constitucionais*, p. 55.

57. Silva, J.A., da, *ob. cit.*, pp. 72 e ss.